

PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO ECOLÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E LIDERANÇA FEMININA NA QUESTÃO AMBIENTAL

**Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
UFSB**

Resumo

O presente artigo analisa as mudanças no mundo rural brasileiro e o fortalecimento do empoderamento feminino a partir da participação e liderança em associações e movimentos sociais, para se pensar sobre o processo de construção de um conhecimento ecológico que verse sobre o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável. Busca-se evidenciar como o olhar local pode agregar saberes a partir de uma perspectiva contextualizada como base estruturante do conhecimento ecológico, porque privilegia sujeitos historicamente excluídos, abrindo espaço para novas possibilidades de se pensar o meio ambiente e a sustentabilidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: Ecologia de saberes. Feminismo. Participação.

INTRODUÇÃO

No mundo rural brasileiro, a exclusão social produziu efeitos devastadores sobre a identidade social que agrega outros modos de viver e produzir no campo, diferentes do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil é fruto do modelo de desenvolvimento que associa capital e propriedade da terra. Historicamente, ocorreram massivas expulsões e dissolução das formas de agricultura familiar, fato que obrigou várias famílias a viverem em uma situação de miserabilidade e a buscar ao longo do tempo novas formas de inserção social (WANDERLEY, 2017). Uma das mudanças nas relações sociais que operam no espaço rural nas últimas décadas chama atenção para o fortalecimento do papel da mulher na participação e construção de um conhecimento ecológico que privilegia os saberes advindos da experiência e que são multiplicados a partir de uma estrutura não formal de educação, mas são impulsionados através da interação social entre pares.

Após grandes discussões sociológicas e antropológicas de como os processos sociais eram influenciados pelo poder econômico, político e social, relação esta compreendida como iniquidades e os desequilíbrios que atuam nos processos de desenvolvimento, debates que se fortaleceram nas décadas de 1970 e 1980, começa a surgir a partir de 1990 a construção do termo empoderamento, noção complexa e que possibilita várias interpretações. Falar em empoderamento pressupõe que existem grupos a margem de um poder central, todavia, os grupos possuem algum grau de poder em relação ao seu ambiente imediato. Durante os anos 90 o conceito se converteu buscando a promoção do desenvolvimento social a partir de “uma perspectiva de desenvolvimento interativo e compartilhado no qual se reconheçam as habilidades e conhecimentos das pessoas” (OAKLEY e CLAYTON, 2003, p.12). Atualmente fala-se em uma noção de empoderamento que agregue uma maior participação social para mudanças estruturais maiores (OAKLEY e CLAYTON, 2003). Acrescenta Souza (p.102, 2007)

En todo caso, el empoderamiento es un proceso de creación y fortalecimiento de condiciones materiales y subjetivas, tanto personales como colectivas, que posibilitan la participación en los procesos de toma de decisiones, así como el acceso y control de recursos por parte de los grupos sociales más vulnerables y la toma de conciencia de su poder individual y colectivo.

Trata-se da compreensão da perspectiva relacional de poder que permite compreender as relações de poder como algo dinâmico que se manifesta em todos os níveis da vida social (FOUCAULT, 1979 e 1999).

Foi também neste cenário de mudanças sociais que na década de 1990 que aconteceu uma “explosão” de significações sobre a ideia de desenvolvimento, onde a crise e a crítica social que se fez em torno dela se seguiram de uma gigantesca polissemia, quanto tentativas de reconceituação. Deste modo, ao substantivo desenvolvimento foram apensados diferentes adjetivos, como: desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, etc. O que marca este período são dois aspectos relevantes: (1) a ideia de desenvolvimento perde a adesão total e natural à de crescimento; e, (2) mudam os portadores sociais das ideias sobre o desenvolvimento. Em relação ao último aspecto, ele deixa de ser monopólio da ciência, e vai passar a frequentar os discursos dos militantes dos movimentos sociais, de ONGs e de agrupamentos políticos diversos (SILVA, 2015).

Para desenvolvimento do tema nas próximas sessões serão abordados: as lutas feministas no campo do desenvolvimento; as contribuições da participação das mulheres rurais para a construção de um conhecimento ecológico; e, a questão ambiental a partir de uma perspectiva multidimensional.

1. AS LUTAS FEMINISTAS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO

É importante salientar que os processos de mudanças sociais no campo do desenvolvimento também foram impactados pelas lutas feministas. As lutas pelos direitos das mulheres e as concepções feministas intervíram na elaboração de novas representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade. A separação de papéis era explícita: o homem era mantenedor do lar, ditador de regras e funções; e a mulher cabia à função de cuidadora do lar, encarregada às atividades especificamente doméstica e a maternidade (FLECK & WAGNER, 2003).

A realidade da família contemporânea teve alterações, mudando assim, esse cenário de divisão de papéis realizados por cada membro. Tradicionalmente, os papéis de gênero culturalmente e socialmente construídos estabeleciam às mulheres o trabalho reprodutivo circunscrito no âmbito privado/doméstico, e o produtivo aos homens, isso quando estamos analisando a situação das mulheres brancas, posto que, as mulheres negras ocupavam as ruas como negras de ganho e as negras escravizadas trabalhavam nas lavouras e nas casas dos senhores de engenho. (RAMUNDO STADUTO e ALVES NASCIMENTO, 2013). A mulher vem agregando novos papéis ao seu modo de vida.

Os movimentos sociais feministas deram espaço para questões como a relação de gênero, as diferentes chances de trabalho para homens e mulheres, e novas possibilidades de multiplicidade de papéis desempenhados pela mulher. Essas lutas mudaram o cenário tradicional das funções familiares, onde cada membro tinha a sua função posta pela demanda social. Tais questionamentos modificaram a perspectiva da sociedade sobre o espaço das mulheres no mundo (BIASOLI-ALVES, 2000). Mesmo com modificações sobre a identidade social da mulher na sociedade, ainda são escassos os estudos sobre a liderança e o exercício do poder exercidos a partir da atuação feminina, além das contribuições advindas de uma prática mais cooperativa, flexível interconectada (KANAN, 2010). As características da

atuação das mulheres fortalecem uma gestão mais democrática, compartilhada e participativa (SALVAGNI e CANABARRO, 2015)

O estudo da identidade social de homens e mulheres é que caracteriza os estudos de gênero, a partir de uma perspectiva relacional formada pelas atribuições de diferenças de comportamento e qualidades entre os mesmos (SALVAGNI e CANABARRO, 2015). Assim, “o termo gênero aplicado ao desenvolvimento refere-se ao conjunto de relações socioeconômicas e culturais entre pessoas de distinto sexo” (PEREIRA, 2015, p.20). De acordo com os autores citados “a cada dia, as mulheres têm conseguido mostrar um pouco mais suas habilidades e aptidões no sentido de liderar equipes e gerenciar negócios, devendo, entretanto, ser capazes de desviarem-se dos preconceitos das sociedades” (SALVAGNI e CANABARRO, 2015, p.93).

De acordo com Hunter (2006), a liderança é uma habilidade que pode ser desenvolvida por meio da educação e da aplicação. Para o autor, seria a habilidade de influenciar pessoas que faria com que os objetivos fossem alcançados, por meio da força do caráter. Para Robbins, Decenzo e Wolter (2013), o líder influencia o outro a agir de determinada forma por meio de direção, sensibilidade, encorajamento e apoio. Araújo, Carmo e Matesco (2013), acrescentam que a condição de líder também pode acontecer de forma espontânea quando alguém da equipe age em benefício dos interesses coletivos. A mulher, enquanto liderança, também divide o seu espaço de atuação com a preocupação em equilibrar o trabalho com a família e sua vida privada (SALVAGNI e CANABARRO, 2015). No entanto, a mulher ainda se encontra inserida em uma sociedade em que a assimetria de gênero é grande. Segundo Pereira (2015, p.21):

O conceito de assimetria de gênero implica na existência da desigualdade funcional, como também na existência de situações de domínio ou subordinação de gênero em uma ou várias funções sociais, e estão relacionadas com o desigual poder na tomada de decisões, tanto no âmbito doméstico como produtivo e comunitário.

De acordo com os estudos feministas, “na literatura sobre gênero, considera-se o triplo papel que pode ter a mulher: rol reprodutivo, produtivo e o rol comunitário, trabalhando de diversas formas para a comunidade” (PEREIRA, 2015, p.20). Foram as lideranças femininas dos sindicatos, assim como do crescente movimento de mulheres rurais, que os direitos da mulher à terra foram incluídos na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres na Constituição de 1988 (DEERE, 2004). Para Salvaro e Wolf (2013,

p.82), “a questão da busca pela igualdade por meio da afirmação da diferença, então, é o que sustenta a construção da identidade “mulheres agricultoras” e que possibilitou (possibilita) o acesso a determinados direitos sociais”. Dentro do âmbito rural, mesmo que se evidencie recursos limitados em nível educativo, laboral, econômico, estes aspectos são compensados por um capital social comunitário que mobiliza, potencializa e se projeta mediante a organização das mulheres (SÁNCHEZ-MUROS e JOMENEZ RODRIGO, 2013).

Para Max-Neef (2003) por ser as mulheres as que mais se preocupam com a sobrevivência, seria imperativo considerar a participação das mulheres no processo de desenvolvimento. A participação das mulheres nas lutas ambientais¹ permite que se contribua para um desenvolvimento sustentável, a partir de suas demandas e necessidades (LISBOA e LUSA, 2010). A incorporação das questões de gênero no desenvolvimento rural tem entre outras razões o fator de a mulher realizar porcentagem elevada das tarefas e dos trabalhos nas sociedades rurais; a realização de determinadas ações institucionais em âmbito internacional; a importância do sistema de gênero como característica sociodemográfica na hora de determinar as possibilidades de desenvolvimento e elaborar estratégias adequadas e a questão de que a maioria dos potenciais do mundo rural aos mercados está constituída por produtos e serviços que, tradicionalmente, vêm sendo realizados pelas mulheres (PEREIRA, 2015). De acordo com Lovato, Cruz, *et al* (2010, p.197):

As mudanças das relações de gênero constituem uma das urgências para o enfrentamento da crise societal e ambiental contemporânea. Porém, envolvem mudanças de concepções, valores e ideias ainda presentes nas relações de poder, constituídas historicamente, logo mais difíceis de serem desconstruídas. Para tanto é necessário um exercício simultâneo das organizações, instituições e poder público para que essa realidade se altere positivamente, a fim de caminharmos para a cooperação, um princípio básico no equilíbrio dos ecossistemas naturais e que deverá ser incorporado ao estilo de vida de uma sociedade que almeja a sustentabilidade.

A cooperação é destacada com um princípio presente em comunidades rurais, e importante para o equilíbrio dos ecossistemas naturais. Para Ferrer, Medina y Torcal (2006), deve-se destacar que a exposição a interações sociais frequentes e a confiança social são mais habituais em comunidades rurais e podem contribuir para a mobilização social e política,

¹ As escolas feministas na área do meio ambiente são: “a ecofeminista; a ambientalista feminista; a feminista socialista; a pós-estruturalista feminista; e a ambientalista. Partindo da perspectiva de gênero e meio ambiente enfocada por essas escolas, elas propõem um novo marco conceitual que denominam “ecologia política feminista”. A primeira preocupação das autoras é com a ecologia política que se centra na distribuição desigual do acesso aos recursos e do controle dos mesmos, fatores que dependem tanto da dimensão de classe como da de etnia” (LISBOA e LUSA, 2010).

dando lugar a novas formas de cooperação em contextos de vulnerabilidade social. A ajuda e apoio mútuo caracterizam-se como importante fonte de capital social compensadora de vulnerabilidades mais prevalentes entre as mulheres rurais. Destaca-se como limitações para a associação de mulheres rurais a dinâmica familiar interna, insuficiência de meios tecnológicos e de assistência técnica. Além disso, as carências estruturais, falta de meios de locomoção, serviços, comércios ou meios de comunicação também aparecem como problemas sofridos pelas mulheres rurais, mesmo diante de dificuldades internas e externas. (SÁNCHEZ-MUROS e JIMENEZ RODRIGO, 2013).

2. CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO ECOLÓGICO

Para Schaaf (2001), a partir das ações coletivas advindas da organização das mulheres rurais é possível indicar significativos resultados, tanto do ponto de vista da condição da mulher no acesso aos direitos, quanto ao início da redução das desigualdades de gênero, como sentir-se sujeito de um processo de participação e inclusão social. Atualmente, muitas das lutas das mulheres rurais encontra-se focada no acesso ao direito à terra e à soberania produtiva e alimentar. Para Souza (p.102, 2007):

La organización de redes sociales fuertes, de consorcios, de proyectos e iniciativas, que aumenten la participación ciudadana en los territorios rurales, que movilicen y aumenten las capacidades organizativas de las poblaciones locales, generan empoderamiento, equilibrando en cierta medida las relaciones de poder y permitiendo una reubicación de las posiciones de los grupos sociales en las negociaciones y toma de decisiones, incluyendo lo referente a las políticas públicas y la construcción del desarrollo sostenible. Las conquistas colectivas refuerzan la cohesión social entre los grupos y comprometen a las personas con un proyecto de sociedad local.

Para Ramundo Staduto, Alves Nascimento, et al (2013), as políticas públicas devem reconhecer o importante papel das mulheres no meio rural e precisam criar possibilidades de capacitação para aumentar a sua participação na vida econômica, social e política nas comunidades. De acordo com Ramundo Staduto, Alves Nascimento, et al (2013, p.95):

No debate sobre o desenvolvimento do meio rural tanto nos estudos empíricos como na construção e implantação das políticas públicas, está

ganhando importância a questão de gênero, particularmente nos aspectos relacionados à participação das mulheres no âmbito produtivo e social, principalmente, intrafamiliar na pequena produção rural.

Ora, dentro de uma concepção de desenvolvimento rural também deve ser incluída a perspectiva de equidade de gênero e da participação de distintos atores social nos processo e projetos de desenvolvimento. Para Pereira (2015) a inclusão de questões relacionadas a assimetria de gênero na evolução dos objetivos de desenvolvimento torna-se fundamental em nossa sociedade:

Da mesma forma que hoje não se pode falar de desenvolvimento sem sustentabilidade, certamente, em um futuro muito próximo, não será possível considerar como desenvolvimento aquele processo de crescimento econômico, com certos lucros sociais e culturais, econômico e ecologicamente sustentável, mas que mantém as assimetrias de gênero (PEREIRA, 2015, p.28).

Para Kageyama (2003), o desenvolvimento rural associa-se às estratégias de sobrevivência familiares por meio da diversificação da renda. A partir desta perspectiva novas funções aparecem como constitutivas de um espaço rural que visa o reequilíbrio e o desenvolvimento no gerenciamento de recursos coletivos, como por exemplo, o equilíbrio territorial, o equilíbrio ecológico e produção de recursos e serviços ambientais e a produção de alimentos limpos e orgânicos (FARAH e PEREZ, 2004).

O campo do conhecimento também foi impactado por transformações que fizeram emergir uma nova postura teórica que vislumbra a ecologia de saberes como reconhecimento de que outras formas e critérios podem produzir conhecimento, e não apenas a ciência. O intercâmbio de saberes possibilita novos sentidos a todo processo de dinâmica social porque se fundamenta na valorização de todas as partes e nos diversos conhecimentos presentes no território, visando à construção de uma nova realidade, a partir de bases. De acordo com Morin e Moigne (2000, p. 91), “o conhecimento só pode ser pertinente se ele situar seu objeto no seu contexto e, se possível, no sistema global do qual faz parte, se ele cria uma forma incessante que separa e reúne, analisa e sintetiza, abstrai e reinsere no concreto”. No paradigma emergente, o conhecimento é total e também local, constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por comunidades interpretativas concretas como projetos de vida locais, que podem ter como objetivos reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa

de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença etc (SANTOS, 2007).

O conhecimento ecológico é aquele que reúne e agrega saberes múltiplos, rompendo com a visão da ciência moderna de um conhecimento compartimentado e hierarquizado (SANTOS, 2010). Fala-se então em uma proposta de construção de um desenvolvimento humano sustentável a partir de uma perspectiva de gênero. Para García, Toalá, *et al* (2008), “la propuesta de desarrollo humano sustentable com perspectiva de género tiene como objetivo priorizar la relación entre el desarrollo de cada mujer y de las mujeres como categoría social, como parte del desarrollo humano em cada ámbito concreto”. As mulheres têm muitas experiências distintas, por isso as posições relativas das mulheres, em seus contextos distintos, sociais, culturais e históricos são importantes (SPIVAK, 1999).

De forma geral, a ampliação dos espaços de participação social no Brasil, também tem passado por muitas mudanças. Para o autor Avritzer (2016) a participação social tem sido uma das estrelas da democratização brasileira, desde a Constituição Federal de 1988. A participação social configura-se como método de governo para o estabelecimento de uma governança e gestão democrática nas políticas e das instituições públicas, calcado na transparência, *accountability*, prestação de contas, controle cidadão/democrático e co-gestão². Todavia, o que se espera do governo é que os diferentes discursos sejam transformados em ações direcionadas (EVANS, 2012). De acordo com o Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. IPEA. Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, a escuta é o primeiro passo estratégico para a participação social que tem como objetivo maior o compartilhamento de poder.

Não é apenas a representação da sociedade em espaços participativos abertos no governo que garante a inclusão social, a verdadeira escuta da diversidade cultural que existe no país depende que as principais demandas, os desafios, as peculiaridades, os valores e os saberes de cada comunidade sejam ouvidos e transformados em respostas satisfatórias através das políticas públicas. Além disso, existe uma limitação para a participação social dos diferentes grupos em espaços institucionalizados, seja pela desinformação ou mesmo por não se dominar os códigos lógico-verbais que orientam tais encontros (ARAÚJO, 2017). Para tanto, outros espaços, não-institucionalizados também evidenciam o potencial transformador

² Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. IPEA. Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil. p.15.

que pode advir dos diferentes discursos, trajetórias e experiências individuais e coletivas no processo participativo. Pontua-se que a valorização da diversidade dos recursos comunitários pode potencializar a construção de um conhecimento ecológico e coletivo fortalecendo a formação cidadã. Desta forma, expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos/as aqueles/las que integram processos participativos³.

3. A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Diante de todas as transformações sociais que modificaram as lentes interpretativas sobre a noção de desenvolvimento, poder, empoderamento e a participação da mulher para além do espaço doméstico, atrai a seguinte questão: como as experiências participativas vivenciadas pelas mulheres, para além da dicotomia de espaços participativos institucionalizados e não-institucionalizados, pode influenciar para se compreender a questão ambiental? As mulheres rurais tem compreendido a questão ambiental a partir de uma perspectiva multidimensional que aproxima a agricultura de uma base ecológica que “entende os sistemas produtivos, as propriedades rurais como agroecossistemas onde os níveis social, ambiental, econômico, político, cultural e ético convergem para obtenção de resultados positivos e a longo prazo” (LOVATO, CRUZ, *et al* (2010, p.197). O enfoque agroecológico privilegia a natureza sistêmica, pois considera integrados a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais, todos articulados em torno da dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural (SEVILLA GUZMÁN, 1999).

A perspectiva agroecológica pressupões um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos, e visa alcançar uma melhoria de vida crescente e equilibrada (COSTABEBER & CAPORAL, 2004). Assim, “o objetivo final do desenho agroecológico é integrar os componentes de cada sistema de maneira que se possa aumentar a eficiência biológica, preservar a biodiversidade e manter a capacidade produtiva e de auto-regulação do agroecossistema” (ALTIERI, p.7, 2006).

³ Participação Social na Administração Pública Federal. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil. p. 8-9.

Além disso, para Oliveira (2005) a mulher tem papel fundamental na preservação ambiental, para a autora na medida em que as mulheres estão diretamente vinculadas aos cuidados dos membros da família, vinculada ao cuidado da alimentação até a higiene, apresentam maior facilidade no reconhecimento da relação meio ambiente/saúde, o que acarretaria maior sensibilidade para a causa ambiental. Em pesquisa realizada por Lovatto (2007), revelou-se que muitas mulheres também optam pela agricultura orgânica, por compreender que esta seria uma forma mais social e ambientalmente mais correta de produção, respeitando a natureza e todos os indivíduos, além de se mostrarem mais dispostas à preservação dos recursos naturais.

PONDERAÇÕES FINAIS

Todas essas mudanças no campo social, político e econômico que impactaram no desenvolvimento social, no empoderamento das mulheres e na abertura para o reconhecimento de formas outras de se pensar o ambiente possibilita atrair para o campo de estudo uma visão diferenciada, e concomitantemente, situada sobre o tema meio ambiente e sustentabilidade, a compreensão e valorização destes saberes respondem a uma necessária marcha pela ecologia de saberes, preservação ambiental e pela diminuição da assimetria de gênero.

Refletir sobre a importância dos saberes advindos da participação das mulheres em posições de liderança abre portas para a diversificação de conhecimentos a partir de uma perspectiva ecológica, dialógica e participativa. Além disso, estrutura, principalmente em espaços educacionais não formais, como dentro das casas e na interação comunitária, valores de preservação ambiental e sustentabilidade que podem auxiliar na formação de sujeitos mais conscientes sobre a questão ambiental e sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel Ángel. **Agroecologia**: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. *In*: O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias. MOURA, E.G. e AGUIAR, A. C. F., São Luís, UEMA, 2006. pp. 83 – 99. Brasília, 11 de novembro de 2006.

ARAÚJO, Danielle. **Espaços participativos**: uma experiência de formação cidadã. Revista Focando a Extensão. UESC. Volume 5. N. 7. Jan-Jun. 2017.

ARAÚJO, L. C. G; CARMO, M. S. & MATESCO, K. (2013). **Ações estratégicas**: desafios e caminhos para a gestão contemporânea. São Paulo: Atlas. 2013.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns princípios e conceitos**. Brasília: MDA-SAF-DATER; IICA, 2004.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

EVANS, Mark. **Social participation in holistic perspective**: lessons from Europe. AnzsoG Institute for Governance. University of Canberra. 2012.

FARAH, María Adelaida Q; PÉREZ, Edelmira C. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Cuadernos de Desarrollo Rural (51), 2004.

FERRER, M., MEDINA, L., y TORCAL, M. (2006). **La participación política**: factores explicativos. En J. Montero, J. Font, y M. Torcal (coords.), Ciudadanos, asociaciones y participación en España (pp. 133-156). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. 2006.

FLECK, A. C. & WAGNER A. **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar**. Psicologia em Estudo, Maringá, Vol 8, num. esp., p. 31-38, 2003.

GARCÍA, Verónica Vázquez; TOALÁ, Naima Jazibi Cárcamo; RODRÍGEZ, Alma Délia . **Desarrollo sustentable y perspectiva de género**: algunos aportes conceptuales y de política pública. Revista de Investigación e Divulgación sobre los estudios de género. N. 2. Época 2. Año 14. 2008.

HUNTER, J. C. **Como se tornar um líder servidor**: os princípios de liderança de o monge e o executivo. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.

Kageyama, A. **Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001**. Revista Economia e Sociedade, 12(1). 2003.

KANAN, Lilia Aparecida. **Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho**. Revista Organizações e Sociedade. UFBA. v.17. n. 53. Abr – Jun. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010.

LOVATTO, Patrícia Braga. UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado), 2007.

LOVATO, Patrícia; CRUZ, Patrícia Postali; MAUCH, Carlos Rogério; BEZERRA, Antônio Amaral. **Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento:** uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191 - 212, maio/ago. 2010.

MAX-NEEF, Manfred. **“Empoderamento” de comunidade e desenvolvimento alternativo**. Pedagogia Social Artigos. Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica do Brasil, Boletim n. 17, abr. 2003.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade.** Fundação São Paulo: Peirópolis. 2000.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”).** Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, Naia. **Grupos mulheres da terra:** abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. Revista Mulher e Trabalho, FEE: Porto Alegre, v. 5, p 101-112, 2005.

PEREIRA, Rosângela Saldanha. **Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural:** dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. *In:* Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas / Organizadores Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza., Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

RAMUNDO STADUTO, J., ALVES NASCIMENTO, C., & DE SOUZA, M. **Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil:** uma perspectiva de gênero. Cuadernos de Desarrollo Rural, 10 (72). 2013.

ROBBINS, S. P.; DECENZO A. & WOLTER, R. M. **Fundamentos de gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva. 2013.

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural:** a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SALVAGNI, Julice; CANABARRO, Janaína. **Mulheres líderes:** as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. Revista de Gestão e Secretariado - GeSec, São Paulo, v.6, n. 2, p 88-110, maio./agosto. 2015.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; WOLFF, Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe. **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”:** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. Revista Psicologia & Sociedade; 25(1). 2013.

SÁNCHEZ-MUROS, S.P., & JIMÉNEZ RODRIGO, M.L. (2013). **Mujeres rurales y participación social: análisis del asociacionismo femenino en la provincia de Granada (España)**. Cuadernos de Desarrollo Rural, 10 (72), 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. Revista Novos Estudos, n. 79, novembro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES. 2.^a ed.. 2010.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento Territorial: A experiência do Sisal da Bahia**. Lauro de Freitas, BA: Felipe Prado Macedo da Silva, 2015.

SPIVAK, Gayatri. **A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1999.

SOUZA, Fátima Cruz. **Empoderamiento y sostenibilidad en el desarrollo rural: trampas de la racionalidad productivista**. Revista Andaluza de Ciencias Sociales. Anduli, 7 (2007), 91-104. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SOBRE AS AUTORAS

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Docente no Instituto Superior Nossa Senhora de Lourdes – Porto Seguro/BA – Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Paidéia – laboratório de pesquisa transdisciplinar sobre metodologias integrativas para educação e gestão social. E-mail: dannymedeiro@hotmail.com.br